



MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA

Processo nº : 10508.000152/2004-97
Recurso nº : 131.556
Acórdão nº : 301-32.649
Sessão de : 23 de março de 2006
Recorrente : CDI BRASIL COMERCIAL LTDA.
Recorrida : DRJ/SALVADOR/BA

COMPENSAÇÃO. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO. RESGATE DE OBRIGAÇÕES DA ELETROBRÁS.

*Inexiste previsão legal para compensação do empréstimo compulsório da ELETROBRÁS com débitos de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal.
RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO.*

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.


OTACÍLIO DANTAS CARTAXO
Presidente


ATALINA RODRIGUES ALVES
Relatora

Formalizado em: **28 ABR 2006**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: Luiz Roberto Domingo, Valmar Fonsêca de Menezes, Irene Souza da Trindade Torres, Susy Gomes Hoffmann, Carlos Henrique Klaser Filho e Luis Carlos Maia Cerqueira (Suplente). Ausente o Conselheiro José Luiz Novo Rossari.

Processo nº : 10508.000152/2004-97
Acórdão nº : 301-32.649

RELATÓRIO

Por bem descrever os fatos, adoto o relatório da decisão recorrida, que, a seguir, transcrevo:

“Trata-se de Manifestação de Inconformidade (fls. 36/70) contra o Despacho Decisório de fl. 34, proferido pela Delegacia da Receita Federal em Ilhéus.

2. Segundo consta da Informação SORAT nº 107/2004 (fl. 33), que lastreou o referido despacho decisório, o crédito a compensar se originaria de pedido de restituição de debêntures da Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás, objeto do processo administrativo nº 11831.001926/2003-15, que foi indeferido pela DRF/Ilhéus.

3. Na Informação SORAT nº 107/2004 foi ressaltado ainda que o pedido de restituição apresentado pela empresa foi indeferido por esta Delegacia de Julgamento, nos termos do Acórdão DRJ/SDR nº 5.733, de 31/08/2004.

4. Desta forma, diante do não reconhecimento do direito creditório, a Declaração de Compensação (DCOMP) apresentada pela contribuinte não foi homologada.

5. Irresignada, a contribuinte apresentou a Manifestação de Inconformidade em comento, alegando, em síntese, que:

- A manifestação deverá ser recebida em seu duplo efeito, sendo suspensa a exigibilidade do suposto crédito tributário, nos termos do artigo 151, III, do Código Tributário Nacional, c/c o artigo 17 da Lei 10.833, de 29 de dezembro de 2003, que acrescentou, entre outros, o § 11 ao art. 74 da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996;
- A possibilidade de quitação de tributos federais com as Obrigações da Eletrobrás decorre da responsabilização solidária da União Federal pelo resgate de tais créditos;
- O presente crédito se trata de Empréstimo Compulsório, tendo natureza tributária, conforme evolução legislativa mencionada e pacífica jurisprudência;
- O Superior Tribunal de Justiça já sedimentou o entendimento de que a União Federal é parte passiva legítima para responder à demanda sobre Empréstimo Compulsório sobre Energia Elétrica, sendo que o Decreto nº 68.419, de 1971, previa a atuação da

Processo nº : 10508.000152/2004-97
Acórdão nº : 301-32.649

Secretaria da Receita Federal e seus agentes, conforme artigos que transcreve;

- Em situação análoga, relativa a empréstimo compulsório instituído pelo DL nº 2.288, de 1986, o Conselho de Contribuintes já decidiu que a competência para apreciar pedido de restituição é da Receita Federal;
- Deve ser lembrado que o princípio da moralidade foi erigido a princípio constitucional, de observância obrigatória pela Administração;
- Há cinco “fundamentos que se encontram na Constituição para o direito à compensação de créditos do contribuinte com seus débitos tributários”;
- Não existe prazo para o exercício da compensação, por tratar-se de direito potestativo, diferentemente do direito de exercer a restituição, que é previsto no art. 168 do CTN;
- O procedimento adotado pela autoridade administrativa encontra-se em desacordo com a legislação federal vigente.

Acresça-se o seguinte:

A 4ª Turma de Julgamento da DRJ/SDR indeferiu a solicitação da interessada por meio do Acórdão nº 6.489/2005, de fls. 87/93, cuja fundamentação base encontra-se consubstanciada na sua ementa, *verbis*:

“Ementa:EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO. RESGATE DE OBRIGAÇÕES DA ELETROBRÁS. COMPENSAÇÃO COM CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

Por falta de previsão legal, é incabível a compensação de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal com Empréstimo Compulsório recolhido à Eletrobrás.

Solicitação Indeferida.”

Inconformada com o indeferimento de seu pleito, a interessada interpôs recurso voluntário a este Conselho, fls. 97/139, no qual, em preliminar suscita a nulidade da decisão recorrida, alegando que ao fundamentar-se na Lei nº 11.051, de 2004, desrespeitou os princípios da legalidade e da anterioridade; no mérito, repisa as razões e argumentos expendidos na sua manifestação de inconformidade de fls. 36 a 70.

É o relatório.

Processo nº : 10508.000152/2004-97
Acórdão nº : 301-32.649

VOTO

Conselheira Atalina Rodrigues Alves, Relatora

O recurso preenche as condições de admissibilidade e, portanto, deve ser conhecido.

Preliminarmente, cumpre-nos apreciar a suscitada nulidade da decisão recorrida.

O art. 59, do Decreto nº 70.235/1972, ao tratar das nulidades relativas ao processo administrativo fiscal, assim, dispõe:

“Art. 59. São nulos:

I - os atos e termos lavrados por pessoa incompetente;

II - os despachos e decisões proferidas por autoridade incompetente ou com preterição do direito de defesa.”(grifou-se)

Não restando configurado nos autos que a decisão tenha sido proferida por autoridade incompetente ou com preterição do direito de defesa, não há que se falar em sua nulidade. No que concerne à fundamentação legal para efeito de indeferimento do pedido trata-se de matéria relativa ao mérito, e como tal, deve ser tratada.

Por sua vez, a questão fundamental trazida à apreciação deste Conselho é a relativa à competência da Secretaria da Receita Federal para conhecer de pedidos de restituição e/ou compensação referente a título emitido pela Eletrobrás no âmbito do Empréstimo Compulsório sobre Energia Elétrica instituído pela Lei n.º 4.156/1962.

Segundo a recorrente, a Secretaria da Receita Federal (SRF) seria o órgão competente para a apreciação de seu pedido de restituição referente a título emitido pela Eletrobrás no âmbito do Empréstimo Compulsório sobre Energia Elétrica instituído pela Lei n.º 4.156/1962, aduzindo, em síntese, que a sua natureza é de tributo; a lei determina a solidariedade passiva da União pela obrigação titularizada pela Eletrobrás e que a legislação tributária atribui ao contencioso administrativo fiscal federal a competência para a apreciação de processos vinculados a empréstimos compulsórios. Sustenta, ainda, a interessada inexistir prazo para o exercício da pleiteada compensação e que o procedimento adotado pela autoridade administrativa estaria em desacordo com a legislação federal vigente.

Processo nº : 10508.000152/2004-97
Acórdão nº : 301-32.649

No que concerne à natureza tributária do empréstimo compulsório, a posição defendida pela recorrente encontra-se consolidada a partir da Constituição de 1988, que no seu art. 148, assim, dispõe:

“Art. 148. A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios:

I - para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência;

II - no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observado o disposto no art. 150, 111, b.

Parágrafo único. A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.”

Segundo Misabel Abreu Machado Derzi, em nota da sua lavra, na obra de Aliomar Baleeiro, “Direito Tributário Brasileiro”, 11ª Edição, Segundo Editora Forense, por ela atualizada:

“Fica, assim, definitivamente assentado na Constituição o caráter tributário dos empréstimos compulsórios e sua submissão ao regime constitucional tributário, inclusive ao princípio da anterioridade, exceção feita àqueles destinados ao custeio das despesas extraordinárias, mencionadas no inciso I do art. 148. Se, como alerta Aliomar Baleeiro, a partir da Emenda Constitucional no. 18/1965, já se afirmara, em Textos Magnos brasileiros sucessivos, o caráter tributário dos empréstimos compulsórios, com a Constituição de 1988 não apenas se ratifica essa sua natureza, mas ainda se lhe enrijecem os requisitos formais e materiais de criação.”

Ocorre que, a natureza tributária do empréstimo compulsório em tela por si só não é suficiente para colocá-lo sob a administração da SRF. As exações previstas no texto constitucional são administradas por entes diferentes da administração pública. O imposto sobre a renda, por exemplo, é administrado pela SRF, enquanto que as contribuições previdenciárias o são pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Assim, a natureza tributária de uma exação não a coloca, automaticamente, sob administração da SRF.

No caso do Empréstimo Compulsório sobre Energia Elétrica, cabe observar que a própria Lei nº 4.156/1962, que instituiu o referido empréstimo compulsório, determinou que a sua administração seria da competência da ELETROBRÁS, ao mesmo tempo em que estabeleceu que o resgate das obrigações correspondentes seria procedido junto à mesma, na forma e nos prazos ali determinados, conforme disposto no seu art. 4º, verbis:

Processo nº : 10508.000152/2004-97
Acórdão nº : 301-32.649

"Art. 4º - Até 30 de junho de 1965, o consumidor de energia elétrica tomará obrigações da ELETROBRÁS, resgatáveis em 10 (dez) anos, a juros de 12% (doze por cento) ao ano, correspondentes a 20% (vinte por cento) do valor de suas contas. A partir de 1º de julho de 1965, e até o exercício de 1968, inclusive, o valor da tomada de tais obrigações será equivalente ao que for devido a título de imposto único sobre energia elétrica. (Com redação dada pela Lei nº 4.676, de 16/06/1965).

**Fica prorrogado até 31/12/1973, o prazo deste "caput", conforme disposto na Lei nº 5.073, de 18/08/1966.*

§ 1º O distribuidor de energia elétrica promoverá a cobrança ao consumidor, conjuntamente com as suas contas, do empréstimo de que trata este artigo, e mensalmente o recolherá, nos prazos previstos para o imposto único e sob as mesmas penalidades, em agência do Banco do Brasil à ordem da ELETROBRÁS ou diretamente à ELETROBRÁS, quando esta assim determinar. (Com redação dada pela Lei nº 5.073, de 18/08/1966)

§ 2º O consumidor apresentará as suas contas à Eletrobrás e receberá os títulos correspondentes ao valor das obrigações, acumulando-se as frações até totalizarem o valor de um título, cuja emissão poderá conter assinaturas em "fac-simile" (Com redação dada pela Lei nº 4.364, de 22/07/1964).

§ 3º É assegurada a responsabilidade solidária da União, em qualquer hipótese, pelo valor nominal dos títulos de que trata este artigo.

§ 4º O empréstimo referido neste artigo não poderá ser exigido dos consumidores discriminados no § 5º do art. 4º da Lei nº 2.393, de 31 de agosto de 1954 e dos consumidores rurais. (Acrescido pela Lei nº 4.364, de 22/07/1964).

§ 5º (Revogado pela Lei nº 5.824, de 14/11/1972).

§ 6º (Revogado pela Lei nº 5.073, de 18/08/1966).

§ 7º As obrigações a que se refere o presente artigo serão exigíveis pelos titulares das contas de energia elétrica, devidamente quitadas, permitindo-se a estes, até 31 de dezembro de 1969, apresentarem à ELETROBRÁS contas relativas a até mais duas ligações, independentemente da identificação dos respectivos titulares. (Com redação dada pelo Decreto-Lei nº 644, de 23/06/1969).

§ 8º Aos débitos resultantes do não recolhimento do empréstimo referido neste artigo, aplica-se a correção monetária na forma do

Processo n° : 10508.000152/2004-97
Acórdão n° : 301-32.649

art. 7º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964 e legislação subsequente. (Acrescido pelo Decreto-Lei nº 644, de 23/06/1969)

§ 9º À ELETROBRÁS será facultado proceder à troca das contas quitadas de energia elétrica, nas quais figure o empréstimo de que trata este artigo, por ações preferenciais, sem direito a voto. (Acrescido pelo Decreto-Lei nº 644, de 23/06/1969)

§ 10. A faculdade conferida à ELETROBRÁS no parágrafo anterior poderá ser exercida com relação às obrigações por ela emitidas em decorrência do empréstimo referido neste artigo, na ocasião do resgate dos títulos por sorteio ou no seu vencimento. (Acrescido pelo Decreto-Lei nº 644, de 23/06/1969)

§ 11. Será de 5 (cinco) anos o prazo máximo para o consumidor de energia elétrica apresentar os originais de suas contas, devidamente quitadas, à ELETROBRÁS, para receber as obrigações relativas ao empréstimo referido neste artigo, prazo este que também se aplicará, contado da data do sorteio ou do vencimento das obrigações, para o seu resgate em dinheiro. (acrescido pelo Decreto-Lei nº 644, de 23/06/1969).” (grifos nossos)

Neste sentido, são esclarecedores os termos dos artigos 48 a 51 e 66 do Decreto n.º 68.471/1971, que regulamentou a exação ao disporem que o referido empréstimo compulsório:

(a) seria arrecadado por meio das contas de fornecimento de energia elétrica (caput do artigo 49);

(b) seria recolhido diretamente à Eletrobrás (caput do artigo 51); e

(c) daria ensejo à emissão pela Eletrobrás de obrigações ao portador como contraprestação à arrecadação da exação (parágrafo único do artigo 49).

Por sua vez, o § 1º do art. 66, do referido decreto, determina que “a **Assembléia Geral da ELETROBRÁS fixará as condições em que será processada a restituição.**”

Assim, a Lei que instituiu o empréstimo compulsório determinou a sua conversão em obrigações resgatáveis junto à ELETROBRÁS, facultando-lhe a possibilidade de proceder à troca das contas quitadas de energia elétrica, nas quais figure o empréstimo, por ações preferenciais, sem direito a voto.

Cabe observar que a própria ELETROBRÁS, em seu sítio na rede mundial de computadores, noticia que esta conversão já ocorreu, nos termos do histórico que publica, verbis:

Processo nº : 10508.000152/2004-97
Acórdão nº : 301-32.649

“O Empréstimo Compulsório, instituído com a finalidade de expansão e melhoria do Setor Elétrico Brasileiro, foi cobrado e recolhido dos consumidores industriais com consumo igual ou superior a 2000kwh, através das faturas de energia elétrica emitidas pelas empresas distribuidoras de energia elétrica. O montante anual dessas contribuições, a partir de 1977, passou a constituir crédito escritural, nominal e intransferível, sempre em 1º de janeiro do ano seguinte, identificado pelo Código de Identificação do Contribuinte do Empréstimo Compulsório-CICE.

Os créditos do Empréstimo Compulsório foram atualizados monetariamente na forma da legislação em vigor, com base na variação anual do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E e remunerados com juros de 6% ao ano, pagos através das concessionárias distribuidoras de energia elétrica mediante compensação nas contas de consumo de energia. A Lei 7181/87 prorrogou o prazo da vigência do Empréstimo Compulsório até o faturamento de 31/12/1993.

Os referidos créditos foram convertidos em ações, por deliberação da Assembléia de Acionistas da ELETROBRÁS, em três operações de conversão distintas: a primeira, aprovada pela 72ª AGE realizada em 20/04/1988, abrangeu os créditos constituídos no período de 1978 a 1985; a segunda, aprovada pela 82ª AGE de 26/04/1990, abrangeu os créditos constituídos de 1986 a 1987; e a terceira, aprovada pela 142ª AGE, de 28/04/2005, abrangeu todos os créditos constituídos a partir de 1988.”

Frise-se que a lei instituidora do empréstimo compulsório ao estabelecer a forma e o prazo do seu resgate, nos termos em que foram acima expostos, está em perfeita consonância como o comando do artigo 15 do Código Tributário Nacional, que determina:

“Art. 15. Somente a União, nos seguintes casos excepcionais, pode instituir empréstimos compulsórios:

(...)

Parágrafo único. A lei fixará obrigatoriamente o prazo de empréstimo e as condições de seu resgate, observando, no que for aplicável, o disposto nesta lei.”

Da análise da legislação que disciplina especificamente o Empréstimo Compulsório sobre Energia Elétrica, se depreende que a SRF nunca teve qualquer participação na administração da exação. Pelo contrário, toda a arrecadação, a destinação dos recursos e a disciplina de sua restituição estão expressamente atribuídos à Eletrobrás.

Processo nº : 10508.000152/2004-97
Acórdão nº : 301-32.649

O fato de a interessada possuir o referido crédito de empréstimo compulsório contra a União não justifica utilizar-se do instituto da compensação tributária para usufruí-lo, cabendo-lhe pleitear tal ressarcimento diretamente à Eletrobrás conforme, aliás, consta do art. 66, § 1º, do Decreto nº 68.419/1971.

Por outro lado, mesmo sendo incontroversa a natureza tributária do empréstimo em discussão, bem como a responsabilidade solidária da União, como litisconsorte passiva no caso de seu inadimplemento, há que se ressaltar que no que concerne ao pleito, o Código Tributário Nacional indicou no seu art. 156, II, a compensação como uma das modalidades de extinção do crédito tributário, condicionando, entretanto, sua viabilização por meio de lei ordinária, nos termos do artigo 170 do cit. código, o qual dispõe:

“Art. 170. A lei pode, nas condições e sob as garantias que estipular, ou cuja estipulação em cada caso atribuir à autoridade administrativa, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública”.

Com a edição da Lei nº 8.383, de 30/12/1991, possibilitou-se ao contribuinte efetuar, por sua iniciativa, nos casos de tributos lançados por homologação, a compensação dos pagamentos indevidos ou a maior de tributos e contribuições federais, inclusive previdenciárias, com outras da mesma espécie e destinação constitucional, conforme previsto no seu art. 66 (acrescentado pelo art. 39 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995), verbis:

“Art. 66. Nos casos de pagamento indevido ou a maior de tributos, contribuições federais, inclusive previdenciárias, e receitas patrimoniais, mesmo quando resultante de reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória, o contribuinte poderá efetuar a compensação desse valor no recolhimento de importância correspondente a período subsequente. (Redação dada pela Lei nº 9.069, de 29.6.1995)

§ 1º A compensação só poderá ser efetuada entre tributos, contribuições e receitas da mesma espécie. (Redação dada pela Lei nº 9.069, de 29.6.1995)

§ 2º É facultado ao contribuinte optar pelo pedido de restituição. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.069, de 29.6.1995)

§ 3º A compensação ou restituição será efetuada pelo valor do tributo ou contribuição ou receita corrigido monetariamente com base na variação da UFIR. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.069, de 29.6.1995)”

Processo nº : 10508.000152/2004-97
Acórdão nº : 301-32.649

Posteriormente, a Lei nº 9.430, de 27/12/1996, no seu art. 74, alterado pelo art. 49 da Lei nº 10.637, de 30/12/2002, estendeu a compensação, nos termos ali postos, a saber:

“Art. 74. O sujeito passivo que apurar crédito, inclusive os judiciais com trânsito em julgado, relativo a tributo ou contribuição administrado pela Secretaria da Receita Federal, passível de restituição ou de ressarcimento, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados por aquele Órgão.”

Regulamentando esses dispositivos, foi baixado o Decreto nº. 2.138, de 29 de janeiro de 1997, que dispõe no art. 1º, verbis:

“Art. 1º. É admitida a compensação de créditos do sujeito passivo perante a Secretaria da Receita Federal, decorrentes de restituição ou ressarcimento, com seus débitos tributários relativos a quaisquer tributos ou contribuições sob administração da mesma Secretaria, ainda que não sejam da mesma espécie nem tenham a mesma destinação constitucional.

Parágrafo único. A compensação será efetuada pela Secretaria da Receita Federal, a requerimento do contribuinte ou de ofício, mediante procedimento interno, observado o disposto neste Decreto.”

Dessa forma, a Receita Federal está autorizada, por lei, a efetuar a compensação somente de créditos do sujeito passivo que tenham a mesma natureza tributária que seus débitos e que sejam relativos a quaisquer tributos ou contribuições por ela administrados.

Disciplinando a matéria, foram, sucessivamente, editadas as Instruções Normativas SRF nº 21/1997, nº 210, de 30/09/2002 e nº 414/2004, todas elas dispondo sobre a restituição, compensação e ressarcimento de créditos de **tributos e contribuições administrados pela SRF.**

A única exceção à restituição de créditos vinculados a exações que não estejam sob administração da SRF é a prevista no parágrafo 2º do art. 2º da Instrução Normativa SRF n.º 460/2004, que, assim, estabelece:

“Art. 2.º (...)

§ 2º *A SRF promoverá a restituição de receitas arrecadadas mediante Darf que não estejam sob sua administração, desde que o direito creditório tenha sido previamente reconhecido pelo órgão ou entidade responsável pela administração da receita.”(grifou-se)*

Processo nº : 10508.000152/2004-97
Acórdão nº : 301-32.649

Cabe destacar que no que concerne à competência da SRF em matéria de restituição, ressarcimento e compensação a regra é no sentido de que tal competência se restringe aos tributos e contribuições administrados pelo órgão. Apenas, excepcionalmente, admite-se que a SRF restitua receitas por ela não administradas desde que recolhidas por DARF (o que não é o caso, pois os valores foram recolhidos via conta de fornecimento de energia elétrica), e que, ademais, tenham tido o direito creditório expressamente reconhecido pelo órgão ou entidade responsável pela administração da receita (o que também não ocorre no presente processo).

Assim, a legislação retrotranscrita demonstra à saciedade a incompetência da SRF para a apreciação do pleito.

Resta-nos, ainda, analisar as demais alegações da interessada.

No que concerne à alegação de que a lei ao determinar a solidariedade passiva da União pela obrigação titularizada pela Eletrobrás, a vincularia a SRF, cumpre ressaltar que o fato de a União ser responsável solidária pelo resgate dos títulos emitidos em decorrência do empréstimo compulsório sobre energia elétrica, colocando-a na qualidade de litisconsorte passivo nas ações judiciais, juntamente com a Eletrobrás, em nada vincula a Receita Federal, por ela não se confundir com o Tesouro Nacional. Ademais, a SRF não é a responsável pelo adimplemento de todas as obrigações assumidas pela União.

Em relação ao alegado a respeito da competência dos Conselhos de Contribuintes para apreciação de processos relativos a empréstimos compulsórios, cabe esclarecer que nem todas as espécies de empréstimo compulsório estão incluídas naquela competência, especialmente porque está expresso no Inciso XIX do artigo 9.º do Regimento Interno do Conselho dos Contribuintes (aprovado pela Portaria MF n.º 55/1998), que tal competência limita-se aos casos não incluídos na competência de outros órgãos da Administração Federal, que é exatamente a hipótese tratada nestes autos, já que as sociedades de economia mista, como a Eletrobrás, compõem a estrutura da Administração Pública Federal Indireta.

É de se atentar, ainda, caso fosse possível a compensação pleiteada, para o prazo prescricional do pedido.

O entendimento da Secretaria da Receita Federal é no sentido de que o prazo para pleitear a restituição/compensação do valor de tributo recolhido indevidamente é de cinco anos, consoante dispõe o Ato Declaratório SRF nº 96, de 26 de novembro de 1999 (DOU de 30/11/1999), editado com base no Parecer PGFN/CAT nº 1.538, de 1999, a saber:

"I. O prazo para que o contribuinte possa pleitear a restituição de tributo ou contribuição pago indevidamente ou em valor maior que o devido, inclusive na hipótese de o pagamento ter sido efetuado com base em lei posteriormente declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em ação declaratória ou em recurso

Processo nº : 10508.000152/2004-97
Acórdão nº : 301-32.649

extraordinário, extingue-se após o transcurso do prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da extinção do crédito tributário – arts. 165, I, e 168, I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).”

verbis: O mesmo dispõe a Instrução Normativa SRF nº 414, de 2004,

“Art. 5º O sujeito passivo poderá formular Declaração de Compensação que tenha por objeto crédito recolhido ou apurado há mais de cinco anos, desde que referido crédito já tenha sido objeto de Pedido de Restituição ou de Pedido de Ressarcimento encaminhado à SRF antes do transcurso do referido prazo e, ainda, que o pedido se encontre pendente de decisão administrativa à data do encaminhamento da Declaração de Compensação.”

Não bastasse isso, dispõe o art. 1º do Decreto nº 20.910, de 6 de janeiro de 1932, que “As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda Federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originaram”, norma esta em pleno vigor conforme anota o douto Theotonio Negrão (Cód. Civil e leg. em vigor, 19ª ed., 2000, p. 905).

Diante do exposto, rejeito a preliminar de nulidade da decisão recorrida, e, no mérito, NEGOU PROVIMENTO ao recurso, por falta de previsão legal para compensação do Empréstimo Compulsório sobre Energia Elétrica com débitos de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal.

Sala das Sessões, em 23 de março de 2006


ATALINA RODRIGUES ALVES - Relatora